



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

139/B

033

APELAÇÃO CÍVEL: 0149919-4
APELANTE: Estado de Pernambuco
APELADO: Felipe de Brito Ferreira
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello


EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA PMPE/BMPE/2003. EXAME DE SAÚDE. **1.** O entendimento jurisprudencial é no sentido de que não fere o princípio da isonomia erigir fatores de avaliação em concursos públicos, desde que guardada a devida razoabilidade, de acordo com a natureza do cargo em certame. **2.** Todavia, a previsão editalícia, em caráter genérico, da patologia "varicocèle" como causa incapacitante ao exercício do cargo de soldado da PM/BM, fere o princípio da razoabilidade. Precedentes desta 8ª Câmara Cível e do TJMG. **3.** Reexame necessário a que se nega provimento à unanimidade, prejudicado o apelo voluntário.

R
5456

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do processo nº 0149919-4, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao reexame necessário, prejudicado o voluntário, nos termos do voto relator, que integra o acórdão.

Recife, 10 de dezembro de 2009 (data de julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

134
@
034

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0149919-4
APELANTE: Estado de Pernambuco
APELADO: Felipe de Brito Ferreira
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **reexame necessário** e **apelação cível** ajuizada em face da sentença prolatada, em 05.09.2005 (fls. 94/95), pelo Juízo da 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, nos autos do **mandado de segurança** nº 001.2004.003233-8, que concedeu a segurança pleiteada, confirmando a liminar anteriormente deferida (em 17.02.2004 - fls. 21/22), assegurando ao impetrante/apelado participar das demais fases do concurso público para ingresso no CFSd PM/BM/edital-2003, inclusive com nomeação, posse e exercício, ao entendimento de que a causa médica apontada pela Administração como incapacitante é reversível e curável.

As **razões** do apelo, às fls. 97/107, asseveram, em breve suma: (i) a improcedência do pedido ante a previsão da causa incapacitante em comento nas regras de regência, sob pena de ofensa aos princípios da igualdade (art. 5º, *caput*, da CR), da legalidade, da moralidade e da impessoalidade (art. 37, *caput*, da CR) e da vinculação ao edital; (ii) o apelado não impugnou o edital (item 12.4); (iii) o exercício da atividade castrense exige rigorosa higidez física e mental; (iv) o laudo oficial além de gozar de presunção de legalidade e legitimidade não foi contestado pelo apelado, que junta documentos médicos comprovando ser portador de varicocele, e a declaração contida nesses documentos habilitando-o ao exercício de atividades profissionais, deve ser entendido como atividades civis, eis que a verificação para o fim de atividades castrenses cabe à Administração.

Contra-razões às fls. 110/112 informando que já se encontra há muito no exercício do cargo, tendo inclusive sido promovido, demonstrando ser apto ao exercício do cargo.

A douta Procuradoria de Justiça opinou pelo provimento do recurso, com a reforma da sentença apelada. (fls 122/123).

Registro, por fim, que o impetrante/apelado, carrou aos autos o certificado de conclusão no Curso de Formação (fls. 70 e 87).

É o essencial a relatar.

Tendo em conta tratar-se de apelação aforada em sede de **Mandado de Segurança**, no qual dispensa-se a revisão, determino a inclusão em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 16 de novembro de 2009.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

140 B

035

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0149919-4
APELANTE: Estado de Pernambuco
APELADO: Felipe de Brito Ferreira
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Conforme antedito, a presente questão gira em torno dos exames de saúde, mais especificamente dos exames **gênito-urinários**, fase eliminatória do concurso público para ingresso no curso de formação de soldados da PMPE/CBMPE/2003-2004.

Ou seja, insurge-se o impetrante/apelado contra o ato que a excluiu do concurso em comento, ao argumento de verificação da causa incapacitante descrita no Anexo Único da Portaria do Comando Geral nº 44/1994/CRESEP, qual seja: Urologia - **varicocele bilateral**.

Registro, inicialmente, o entendimento jurisprudencial de que não fere o princípio da isonomia, erigir fatores de avaliação em concursos públicos, desde que guardada a devida razoabilidade com a natureza do cargo em certame.

No ponto, assentou o STF:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DE DELEGADO DE POLÍCIA. ALTURA MÍNIMA. REQUISITO. RAZOABILIDADE DA EXIGÊNCIA. 1. Razoabilidade da exigência de altura mínima para ingresso na carreira de delegado de polícia, dada a natureza do cargo a ser exercido. Violação ao princípio da isonomia. Inexistência. Recurso extraordinário não conhecido." (RE 140889/MS).

Verifico, na seqüência, a certidão de fls. 18 consignando que o impetrante/apelado foi considerado inapto no exame-médico: **INAPTO Urologia-varicocele bilateral, de acordo com o item 5.2.10 do Manual do Candidato.**

Todavia, tenho que a previsão editalícia, de caráter genérico, da patologia "varicocele" como causa incapacitante ao exercício do cargo de soldado da PM/BM, da forma como posta no certame em apreço, fere o princípio da razoabilidade.

Nesse sentido, colaciono os seguinte arestos desta 8ª Câmara, julgados à unanimidade:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

141 P

036

"CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. REPROVAÇÃO NO EXAME DE SAÚDE. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE DAS REGRAS ELENCADAS NO EDITAL. NÃO CONFIGURADO. CONTROLE JURISDICCIONAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. APELO IMPROVIDO. 1. Edital do referido concurso e a Portaria do Comando Geral nº 044/91 - CRESEP prevêem, entre outras hipóteses, **que será considerado inapto o candidato portador de "doença do aparelho gênito - urinário", incluindo-se aí varicocele esquerda.** 2. Tal regra fere os princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade, estabelecendo exigência impertinente ou irrelevante para o específico objeto do certame, tendo em vista que não constitui critério plausível para auferir aptidão em concurso para serviço público, além de que pode ser perfeitamente corrigida. 3. Jurisprudência desta Corte de Justiça e do STJ. 4. Apelo improvido, mantido o julgado em todos os seus termos. 5. Decisão por unanimidade." (AC 130487-8). Destaquei.

"DIREITO CONSTITUCIONAL. CONCURSO PÚBLICO PMPE. EXAME DE SAÚDE. **VARICOCELE. ENFERMIDADE REVERSÍVEL E NÃO INABILITANTE AO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES INERENTES AO CARGO DE POLICIAL MILITAR. RESPEITO AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.** 1. O ora agravado, em sede de Ação Ordinária, insurgiu-se contra o laudo médico que concluiu por sua inaptidão para o processo seletivo de ingresso na PMPE e CBPMPE, tendo logrado êxito no sentido de comprovar, liminarmente, que a moléstia da qual é portador não enseja sua exclusão do certame. 2. A certidão que serviu de supedâneo para a exclusão do agravado do certame em apreço, acostada às fls. 57 dos autos em apenso, **restringe-se a declará-lo como inapto no exame clínico, por apresentar desvio de septo e varicocele esquerda, sem sequer explicitar a gradação de tais enfermidades e se as mesmas são incapacitantes para a assunção do cargo de policial militar.** 3. Outrossim, é de se ressaltar que as enfermidades que a Comissão Examinadora do concurso em tela deseja imputar ao agravado como causas determinantes de sua inaptidão não ensejam sua absoluta incapacidade para o exercício das atividades inerentes ao cargo cujo provimento se almeja, tendo em vista o seu caráter reversível, cuja cura poderá advir de cirurgia específica. 4. De fato, conferir natureza eliminatória a enfermidade que se apresenta reversível, corresponde a ineludível malferimento ao princípio da razoabilidade, consagrado pelo nosso Ordenamento Jurídico. 5. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso de agravo. (RA 107387-2/01). Destaquei.

No ponto colaciono, ainda, o seguinte aresto do TJMG:

"EMENTA: ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. POLÍCIA MILITAR. REPROVAÇÃO EM EXAME DE SAÚDE. CONSTATAÇÃO **DE VARICOCELE. INEXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE.** LAUDO DE PERÍCIA JUDICIAL CONCLUSIVO QUANTO À SANIDADE FÍSICA DO CANDIDATO. NULIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. A Administração Pública pode determinar critérios específicos de seleção para o ingresso na carreira da Polícia Militar, mormente considerando as peculiaridades da profissão e a importância da correta aferição dos referidos critérios para a segurança social. **Os requisitos devem observar os limites legais, possuindo caráter objetivo e não se traduzindo em nenhuma forma de discriminação. A constatação da varicocele, isoladamente, não justifica**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

142 β

037

a exclusão do candidato do certame, mormente se considerada de forma genérica, sem a necessária aferição da real condição de saúde do mesmo e inexistindo correlação entre a referida alteração e a atividade desenvolvida no exercício das funções militares. Presente nos autos laudo pericial, realizado na observância do contraditório e da ampla defesa, concluindo no sentido da sanidade física do candidato e conseqüente aptidão do mesmo para o exercício das funções do cargo de policial militar, o ato de exclusão ofende o princípio da razoabilidade, restando eivado de nulidade." APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0024.03.100598-6/002. Destaquei.

Ante o exposto, **nego provimento** ao reexame necessário, prejudicado o voluntário.

É como voto.

Recife, 10 de dezembro de 2009.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator